

## **II. DELIBERAÇÕES**

### **CÂMARA**

#### **1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 9/2022**

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 9/2022**

**Reunião ordinária pública de 21 de fevereiro de 2022**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta minutos, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, desta cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). ---- Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e quarenta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ORDEM DO DIA-----**

Para **conhecimento e informação** foi presente o resumo de tesouraria, referente ao dia quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ---

**-----DELIBERAÇÕES-----**

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 8/2022 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
2. **CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL DOS MARCOS HISTÓRICOS DA FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES-** Presente a seguinte proposta: *Da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMUOP) – Departamento de Urbanismo (DU) – Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia (DCHPA), submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de classificação, como conjunto de interesse municipal dos Marcos Históricos da Freguesia de Mire de Tibães, nos termos do*

disposto do n.º 3 do artº 29 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**3. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE BRAGA (2021 – 2030)**

Presente a seguinte proposta: *Submete-se à consideração do Executivo com vista a aprovação da Assembleia Municipal o PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE BRAGA (2021 – 2030).* O referido plano dá-se aqui como reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. O Vereador **Altino Bernardo Lemos Bessa** explicou que “este documento teve o parecer do ICNF, é vinculativo – para além de ter sido aprovado na Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios”, dizendo também que tem vindo a ser feito um investimento significativo “no sentido de protegermos cada vez mais e melhor a floresta e evitarmos o flagelo dos incêndios”. Acrescentou que também existe o programa Cuidar Braga, que visa prestar um serviço, gratuitamente aos proprietários, na limpeza dos terrenos, reduzindo o uso do fogo na eliminação de sobrantes agrícolas, para que eles não façam queimas e queimadas, já que, segundo dados do ICNF, cerca de 30 a 35% dos incêndios florestais provêm de queimas e queimadas que se descontrolam, sendo então objetivo que, com todas estas ferramentas, se tente reduzir o número de incêndios, ou pelo menos, quando eles aconteçam, que sejam rapidamente sinalizados através da prevenção da vigilância. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**4.1 CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO** - Presente a seguinte proposta: *Da Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das minutas dos contratos-programa a celebrar para a época desportiva 2021/2022, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e da Parte F, Título II, do Código Regulamentar do Município de Braga, com as seguintes entidades: Arsenal Clube da Devesa, no valor de 15.000,00€; Associação Cultural e Recreativa “Os Marretinhas”, no valor de 25.000,00€.* Os documentos juntos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO DECLAROU-SE IMPEDIDO DE PARTICIPAR NA VOTAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O ARESENAL CLUBE DA DEVESA POR PERTENCER AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO CLUBE.** -----

**4.2 PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A PISTA MÁGICA – ASSOCIAÇÃO-** Presente a seguinte proposta: *Considerando que: A Pista Mágica é uma*



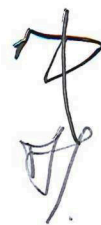


associação que tem como missão fortalecer o voluntariado como um caminho para a transformação da sociedade e do mundo. Elaborou o Plano de Desenvolvimento Social da Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) designada por VES - Voluntariado de Emergência Social (doravante designado por VES), no âmbito do Programa Parcerias para o Impacto, candidatado ao Aviso POISE-39-2021-07, e aprovado pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), na qualidade de Organismo Intermédio do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. - Nos termos do disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no respetivo artigo 23.8, n.º 1 e n.º 2, alíneas f) e h), constituem atribuições do Município de Braga a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, dispondo o Município de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres e da ação social. De acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do RJAL, compete à Câmara Municipal de Braga deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município, bem como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município. Além disso, o Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que "A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local". E o artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, determina que "Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal". Ademais, no mês de junho de 2021, o Município de Braga subscreveu uma Carta de Compromisso de Investimento Social, referente ao Projeto de Inovação Social "VES - Voluntariado de Emergência Social", para efeitos de candidatura ao Programa de Parcerias para o Impacto. Com o Projeto, a Pista Mágica - Associação tem o propósito de conceber e implementar um Programa de Voluntariado a nível intermunicipal, de resposta às situações de emergência e às consequências provocadas pela pandemia da doença Covid-19. A candidatura foi aprovada pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), na qualidade de Organismo Intermédio do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. E QUE: A solução proposta consubstancia a criação de um corpo de voluntariado de emergência social, para dar resposta à exclusão social gerada ou agravada pela pandemia nesta fase ainda de combate à COVID-19. Pelo que, em cada um dos Municípios onde decorrerá a Iniciativa, será realizado um diagnóstico da problemática mais urgente e que ainda não tem uma resposta cabal nessa área geográfica, para que possa ser concebido um programa de voluntariado à medida, de forte impacto e colocado em prática o plano de ação. Serão mobilizadas as organizações da economia social em cada Município, através dos CLAS (Conselho Local de



Ação Social), para a realização do diagnóstico, planeamento estratégico e implementação dos planos de ação. Deste modo, os atores locais farão parte da solução, envolvendo diretamente os beneficiários das ações de voluntariado. Também serão envolvidas as Estruturas Municipais de Voluntariado (EMV) em todo o processo e em grande expressão na fase de implementação dos Programas Municipais de Voluntariado — o momento em que se espera obter impacto nas comunidades locais. E TOMANDO EM CONSIDERAÇÃO, TAMBÉM, QUE: Assim, a Pista Mágica e o Município de Braga, em sintonia com os princípios e objeto da IIES VES, reconhecem o interesse mútuo em estabelecer linhas de cooperação na criação de uma rede intermunicipal de voluntariado, assim como na génese de um corpo de voluntariado de emergência social que irá dar resposta às consequências espoletadas ou agravadas pela pandemia da COVID-19. ASSIM: Considerando tudo quanto foi referido anteriormente, proponho a submissão da presente PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A PISTA MÁGICA - ASSOCIAÇÃO à apreciação do Executivo Municipal, conforme o artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas f) e h), e o artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do RJAL, bem como o artigo F-1/2.º e o artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB. A Vereadora da Câmara Municipal De Braga, Sameiro Araújo. O referido acordo dá-se aqui como reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A Vereadora **Sílvia Cristina Conduto De Sousa** questionou qual o enquadramento para este acordo, tendo a Vereadora **Maria do Sameiro Macedo Araújo** esclarecido que a Pista Mágica é uma parceria no que diz respeito à Estrutura Municipal de Voluntariado, uma vez que a CMB precisava de reformular o BLV. A Pista Mágica veio ajudar a elaborar o plano, sobretudo a dar formação às IPSS, Associações, Juntas de Freguesia, etc. No fundo, visa empoderar todos os parceiros para que, em conjunto se possa servir uma maior franja da população do concelho. Novamente no uso da palavra, a Vereadora **Sílvia Cristina Conduto De Sousa** referiu que se vão abster neste ponto, por uma questão de princípio de fundo, que é defenderem que a ação social, e principalmente a de emergência, não poderá estar dependente duma lógica de voluntariado; ainda assim, referiu que entende de uma forma positiva que a Câmara recorra aos conhecimentos e aos programas disponíveis para dar essa resposta, mas já não que fique “presa” a uma ideia de que a ação social e principalmente a ação social de emergência possa depender ou estar assente numa lógica de voluntariado. A Vereadora **Bárbara Seco de Barros** referiu que também teve dúvidas quanto a este acordo, sobretudo do ponto de vista mais operacional, já que programa acaba por ser um pouco vago quanto às ações concretas a desenvolver para satisfazer os objetivos ali descritos. Mais referiu que a rede social do Município precisa de estar constantemente a ser atualizada, reforçada e a criar parcerias, com esta associação ou outras, no âmbito do voluntariado, ou não. O problema não reside no facto de se recorrer a programas fora do Município que possam complementar a ação e a resposta necessária a dar. Disse ainda que independentemente deste tipo de cooperações que possam existir, a resposta e a





estratégia social do Município têm que ter uma base sólida, e parece que o investimento deve ser feito nesta base, voltando a referir a recomendação da criação de equipas multidisciplinares, que sejam capazes de, na rede social, fazer uma interligação entre respostas de emergência (como a esta a que se refere, da COVID19), mas não só, já que há outros problemas que não nasceram com a pandemia, apenas se agravaram com a mesma; na verdade, estamos a falar de respostas que são mais estruturais do que de emergência. No entanto, em qualquer dos casos, o Município deve canalizar o seu investimento para garantir equipas e respostas próprias, no âmbito de uma estratégia própria, para ser capaz de aproveitar ainda melhor todos estes acordos de parceria que venham a ser feitos. Concluiu a **Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo** ao dizer que esse trabalho está a ser feito, e que há profissionais/ técnicos do Município que estão a colaborar ativamente, como por exemplo, o caso do apoio psicológico que está a ser dado por uma técnica do Município, a par de outros apoios, que aqui estão integrados. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS-**

Presente a seguinte proposta: *Considerando que:* - O Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de Fevereiro, hoje publicado, invoca as dificuldades associadas à garantia de sucesso no complexo processo de transferência de competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social, designadamente o quadro pandémico vivido em todo o mundo (COVID-19); a publicação tardia (Março de 2021) dos instrumentos regulatórios previstos no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, além da referida proximidade entre a publicação de tal regulamentação e a realização de eleições autárquicas; - Para o exercício e prestação de um serviço de qualidade aos nossos cidadãos, é imperativo que haja um domínio claro dos instrumentos regulatórios, associado ao conhecimento no terreno e a uma efetiva e cuidada preparação e adaptação a vários níveis, como sendo os Recursos Humanos, os Recursos Financeiros e os Sistemas de Informação; - Aguardamos a clarificação de várias questões sobre a operacionalização deste processo de transferência de competências, as quais foram colocadas à Secretaria de Estado da Segurança Social (Abril de 2021) e ao Instituto de Segurança Social (Janeiro de 2022) e ainda aguardam resposta; - Ainda não se encontra constituída a Comissão de Acompanhamento prevista há quase 1 ano, na Portaria 63/2021 e 65/2021, de 17



de Março; - O Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de Fevereiro, determina que esta matéria pode ser prorrogada no caso de deliberação dos órgãos deliberativos e consequente comunicação à DGAL até ao dia 14 de Março de 2022. Pelo exposto, e por considerarmos que não reunimos as condições necessárias para o exercício das competências no domínio da Ação Social, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de submeter o assunto à Assembleia Municipal de Braga para que se informe a DGAL da nossa intenção de prorrogar o prazo, anteriormente estabelecido, para o dia 01 de janeiro de 2023. Braga, 14 de fevereiro de 2022. A Vereadora da Inovação e Coesão Social». A **Vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda** explicou que o processo está atrasado por parte da segurança social, não apenas no que concerne ao Município de Braga, mas no contexto nacional, tendo sido então dada a possibilidade de prorrogar esta transferência até 31 dezembro de 2022. “Apenas houve, até ao momento, uma reunião, a 15 de dezembro, com a segurança social, motivo pelo qual considera premente, que se possa efetuar este pedido de alargamento de prazo para transferência destas competências.” O **Vereador Artur Jorge Oliveira Feio** referiu que o Partido Socialista é, por defeito, a favor destas transferências de competências – algumas delas já assumidas pelo Município, outras que vão obrigatoriamente ter de ser assumidas. Sobre esta específica transferência de competências, e tendo em conta que aquilo que é passado (que existem “questões de operacionalização”) e percebendo que essas dificuldades possam existir, referiu que vão abster-se, realçando uma vez mais que, por princípio, são a favor da transferência de competências, como de resto resulta de uma imposição legal. A **Vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda** acrescentou que as equipas de trabalho foram já identificadas, mas ainda não há qualquer data para formação e por esse motivo também ainda não se conhece o processo, que apenas foi dado a conhecer em termos gerais, daí que se considere essencial esta prorrogação por mais uns meses, para que as equipas sejam devidamente munidas no sentido de conseguirem dar respostas adequadas. A **Vereadora Bárbara Seco de Barros** mencionou que vai votar contra a proposta, não porque tenha alguma coisa contra os argumentos apresentados, mas porque a CDU, por princípio, entende que estas matérias devem continuar sob a responsabilidade e na alçada da Administração Central e a seu ver, em matéria de ação social (como em matéria de saúde ou matéria de educação), “há responsabilidades que só se enquadrariam e só seriam possíveis de assegurar nos Municípios, caso tivéssemos representações governativas advindas de um processo que, naturalmente, teria de passar por um processo de regionalização, capaz de garantir que as regiões tenham autonomia de poderes e financeiros também, para levar a cabo soluções e responsabilidades que são de resposta universal e que devem ser garantidas a todos os Portugueses de igual forma: na sua oportunidade, no seu acesso. Neste momento, não estamos em condições de poder aceitar, nem no Município de Braga, nem em qualquer outro, este tipo de competências ao nível dos Municípios e das CCDR’s.” O **Presidente da Câmara**





**Municipal** deu ainda nota que, é favorável ao processo de descentralização, se devidamente balizado nas competências e nos recursos que lhe estão afetos. Em relação a áreas anteriores, colocaram-se algumas reservas relativamente às condições em que o processo se iria materializar; no entanto, referiu a necessidade de ter de as assumir coercivamente em breve, sendo certo que neste caso a situação é mais complexa, porque além da responsabilidade do tema em si, estamos a falar da incapacidade que houve até ao momento de criar as condições para a própria concretização do processo. A segurança social só recentemente constituiu a comissão de acompanhamento - só houve a primeira reunião muito tardiamente - ainda não foi facultado o acesso à plataforma que gere este tipo de processos, nem foi feita a formação para as equipas que vão ser constituídas, e, portanto, em boa hora, a Associação Nacional de Municípios apelou ao protelar do prazo de implementação deste processo, e que o mesmo foi acatado. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. VOTOU CONTRA A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**6. PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DA LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ÁGUA-** Presente a seguinte proposta: *Considerando: Que a água é um bem essencial para a Vida e a disponibilidade de água pública é um serviço que implica a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; - O teor da avaliação socioeconómica realizada pelo Gabinete de Ação Social da Divisão de Coesão Social e Solidariedade, à situação do agregado familiar composto pelo requerente, viúvo e pensionista, a filha divorciada, operária fabril, e dois netos que não recebem pensão de alimentos, todos residentes numa casa sem abastecimento de água da rede pública e dispondo de um rendimento per capita de €330,00, inferior ao valor do Indexante de Apoios Sociais, atualmente fixado em €443,20; - O disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade; - O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto BragaSol, que dispõe sobre os apoios para obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos; Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar um apoio financeiro ao requerente através do pagamento de €475, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para ligação à rede pública de água do imóvel*



onde o agregado habita. Braga, 14 de fevereiro de 2022. A Vereadora da Inovação e Coesão Social.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**7. PROPOSTA PARA VENDA AO PÚBLICO DA EDIÇÃO “A FONTE DO ÍDOLO, OS DEMAIS ÍDOLOS DA FONTE E ... NON SÓ”** - Presente a seguinte proposta: *Enquadrada na disposição legal, estabelecida pela alínea u), do artigo 33º, do Dec. Lei 75/2013 de 13 de setembro, concretamente no que ele se refere que, compete às Câmaras Municipais “...apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município...”, foi estabelecido, em 20 de março de 2012, ao abrigo do acordo entre esta Câmara Municipal e a Fundación Cidade da Cultura de Galicia, para a edição de um “Guia de Estudo Monográfico da Fonte do ídolo”, com título “A Fonte do Ídolo, os demais ídolos da fonte e...non só”. O número de exemplares adquiridos por este Município, foi de 330 (trezentos e trinta), com o custo unitário de €3.87 (três euros e oitenta e sete cêntimos), ao qual acresce a taxa de IVA de 6%, com um custo total de €1.353,73 (mil, trezentos e cinquenta e três euros e setenta e três cêntimos). No estrito cumprimento dos objetivos delineados para ação (melhor informação e maior divulgação do espaço arqueológico musealizado “Fonte do Ídolo”), PROPONHO: 1. A colocação para venda, de exemplares desta edição, nos postos de atendimento ao público, sob tutela deste município: - Espaços Arqueológicos Musealizados “Fonte do Ídolo” e “Termas Romanas do Alto da Cividade”. 2. A disponibilização, em regime de consignação, às livrarias e museus que solicitem a venda de exemplares da suprarreferida publicação. Considerando que, na redação atual, os termos do artigo 21º, n.º 1, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelece que, os preços a praticar por estes organismos, “...não devem ser inferiores aos custos, direta ou indiretamente suportados...”, PROPONHO que, a venda ao público da publicação em referência, se fixe em €10,00 (dez euros), com IVA incluído à taxa de 6 %. Braga, 11 de fevereiro de 2022 O Presidente da Câmara. Os documentos juntos à proposta ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----*

- Foi proposto um **VOTO DE LOUVOR** à Professora **MARIA JOSÉ FERNANDES**, representante da nossa região, pela eleição como Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



8. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Pelo Vereador **Artur Jorge Oliveira Feio** foram colocadas as seguintes questões: -----

- Parques Infantis – Fica pouco claro qual é o estado de retorno de alguns parques infantis que foram retirados durante os últimos 2 anos, uma vez que as Freguesias não percebem exatamente o que se está a passar, nomeadamente se vai haver uma diminuição dos parques ou se se trata de uma manutenção em serviço que está a ser feita? Esta questão é importante para as crianças, sobretudo num período pós-pandemia, uma vez que representa para estas, o voltar à normalidade. Além disso, estes parques infantis assumem maior importância, tanto quanto maior existe o sentido de comunidade, ou seja, nas freguesias mais limítrofes, os parques funcionam como agregação da comunidade. Questiona assim o Vereador o que pretende o Município fazer, relativamente a este assunto? -----

- Apoios aos centros escolares – O Município transferia verbas para as Juntas de Freguesia, para dar apoio às próprias escolas (dinheiro para fotocópias e outras pequenas ajudas), sendo que era habitual que o fizesse em três transferências, com a primeira a ocorrer no primeiro trimestre do ano. No entanto, este ano ainda não foi feita essa transferência, e seria importante perceber o plano neste âmbito, e porque é que essa transferência ainda não foi feita. -----

- Edifício embargado na entrada da Quinta de S. José, da Freguesia de Palmeira – O edifício está na zona confinante com o Palácio Dona Chica, havendo muita confusão em torno do mesmo. O licenciamento resulta já de 2001, destinando a construção que foi licenciada a serviços, sendo que a comunidade até acha que o mesmo se destina a habitação. O assunto foi debatido na Assembleia de Freguesia, e o próprio Presidente da Junta não sabia dar uma resposta sobre o assunto, pelo que solicita que seja dada uma explicação cabal sobre esta situação. -----

-----O Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** disse saber da existência de reuniões entre a Câmara Municipal e o Governo, onde se visava encontrar uma solução para o nó de Infias, pelo que pretende saber qual o estado dessas conversações, e como está esse processo. -----

-----A Vereadora **Bárbara Seco de Barros** fez alusão aos seguintes assuntos:-----



- Começou por fazer um pedido de ponto de situação relativamente à Associação Os Bem Dados, de Merelim, S. Pedro e Frossos e que tem a ver com um processo antigo, de demolição parcial de um edifício, que na verdade não estava totalmente devoluto, e onde funcionava a sede desta Associação; ao fazer-se a demolição, acabou por destruir-se parte desta sede, e o seu espólio. Esta Associação já encetou várias reuniões com a Junta de Freguesia e com a própria Câmara, sendo que foi confirmada a responsabilidade, mas o pedido de indemnização relativamente aos danos materiais causados, acabou por nunca ser aceite, nem pelo Município, nem pela Freguesia. Pelo documento que fizeram chegar à Vereadora, e que acompanha cronologicamente esta situação, a responsabilidade seria da Câmara Municipal, pelo que pretendia perceber qual é o imbróglio existente e qual o entendimento da Câmara Municipal sobre o assunto. No documento expositivo que rececionou, em nenhum momento a Câmara Municipal aceita alguma negociação quanto ao valor pretendido pela Associação como compensação indemnizatória. Entretanto, esta situação está também a seguir os seus trâmites na via judicial e a Associação sente-se lesada e entende que não deve sair prejudicada por este “lapso”. -----

- A semana passada encontrou-se a Vereadora com um morador da Rua Nova do Bico, S. Vicente, que lhe expôs a necessidade de garantir segurança naquela rua. Esta via - que liga a via rápida ao centro de saúde de Infias - de um lado tem um passeio muito estreito, e do lado onde este Sr. mora (e que tem um familiar em cadeira de rodas), a partir de certa altura, não existe qualquer passeio. O cidadão já recorreu à Assembleia de Freguesia, expondo esta matéria. O Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente está a tentar diligenciar junto da Câmara Municipal uma solução para o problema. O seu familiar, com mobilidade reduzida, encontra apenas duas soluções para ir ao centro de saúde: ou vai do lado da sua casa, e deixa de ter passeio e segue na própria via; ou então tem de passar para o outro lado – sendo que ali também não tem uma passadeira, com o inerente perigo de atropelamento – sendo que o passeio do outro lado também é estreito e a cadeira de rodas não passa em todos os momentos. -----

- Falta de contentorização na zona do Bairro de Santa Tecla, nomeadamente na Rua Nascente – Os moradores têm de colocar os sacos do lixo à porta de casa. Assim, questiona porque é que esta zona – que até foi alvo de uma reabilitação recente – ficou sem contentores do lixo? -----

-----Pelo **Presidente da Câmara Municipal**, foi dito: -----

- Sobre a última questão colocada, revela alguma estranheza que a situação tenha caráter de permanência, uma vez que uma das condições a que a AGERE está obrigada, e que teve até esse cuidado na instalação dos contentores, é do respeito por determinados distanciamentos na sua instalação (os mesmos devem ser instalados de x em x metros, para que a rede fique totalmente coberta.) Neste sentido, e



ainda que se vá questionar a AGERE, EM. sobre este assunto, acredita que a questão se coloque devido às obras que ainda estão a decorrer no local. -----

- Rua Nova de Bico – Se a situação já foi reportada pelo Presidente da Junta, está a correr nos serviços municipais, desconhecendo se já está pensada alguma solução para o local. -----

- Questão do Grupo Recreativo Os Bem Dados – Na altura o que sucedeu foi uma intervenção num edifício que estava em risco de derrocada - e que a sofreu efetivamente – que depois teve de ser, por razões de segurança, integralmente demolido. A Junta de Freguesia solicitou à Câmara Municipal que fossem criadas condições para acolher essa associação, sendo certo que a associação nunca aceitou o novo espaço. A questão que ficou pendente, foi sobre uma possível indemnização, quanto a um alegado espólio que a associação teria, e o valor desse mesmo espólio, no edifício que foi demolido. Há divergência entre a posição da Câmara e a da Associação dessa matéria, e por esse motivo o processo está a tramitar em Tribunal. -----

-----Relativamente ao edifício embargado na entrada da Quinta de S. José, da Freguesia de Palmeira, esclareceu o **Vereador João Rodrigues** que há um pedido de alteração da autorização de utilização do edifício, que estaria para comércio ou serviços, e que o promotor requereu que o mesmo se destinasse a habitação, pedido esse que está a ser apreciado pelos serviços técnicos.-----

-----No que concerne aos apoios às escolas, o **Sr. Diretor da Direção Municipal de Gestão, Dr. Sandro Louro**, respondeu que terá de se confirmar se a informação já foi prestada pela Divisão de Educação; se a mesma já foi elaborada, a regra tem sido de pagamento no mês posterior à sua emissão. A **Vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda** disse não ter a certeza sobre se essa informação já foi proferida, o que ficou de confirmar. -----

-----Relativamente aos parques infantis, informou a **Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira** que saiu uma legislação nova, que veio impor uma série de exigências legais e que torna alguns dos parques infantis que atualmente existem no concelho, ilegalizáveis. O que o Município está a fazer é o diagnóstico de todo o concelho, findo o qual, irá reunir com todos os Presidentes de Junta, para analisar essa situação e encontrar as melhores soluções. Os desmantelamentos dos parques infantis que ocorreram no ano transato, resultaram do conhecimento que o Município teve de uma série de denúncias que foram efetuadas e que obrigaram ao rápido desmantelamento dos parques cuja recuperação era impossível, também atendendo ao facto de a fiscalização ser feita pela ASAE, e de o valor das coimas a aplicar nestes casos ser superior ao custo de um parque infantil novo, tudo aliado ao facto de se pretender sempre tutelar a salvaguarda de todos os utilizadores. Acrescentou que neste momento, essa análise já foi realizada em cerca de metade dos parques existentes no concelho, aguardando-se agora o diagnóstico dos restantes, para reunir com os Presidentes de Junta, e caso a caso, serem adotadas as devidas soluções. Em abstrato, concluiu, mais vale





ter menos equipamentos, mas equipamentos com maior dimensão e melhor qualidade. Ainda a propósito do tema, a **Vereadora Silvia Cristina Conduto De Sousa** questionou quando é que se prevê que o processo esteja concluído, tendo a **Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira** referido que o mesmo pode acontecer até 2023. -----

----- Quanto ao questionado sobre o nó de Infias, esclareceu o **Presidente da Câmara** que o projeto para a intervenção está finalizado, em articulação entre a Câmara Municipal e a IP., tendo existido uma reunião com o Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado e com o responsável da IP., onde se pré-agendou a apresentação para a primeira semana de fevereiro, e que posteriormente, por solicitação do Sr. Ministro, ficou protelada a apresentação pública para após a tomada de posse do Governo. O **Vereador Hugo Alexandre Polido Pires** questionou qual será a solução apresentada, tendo o **Presidente da Câmara** informado que poderá falar com os técnicos, para que o projeto lhe seja apresentado. -----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao cidadão **MANUEL GOMES, Presidente da Direção da Associação dos Motoristas Aposentados dos TUB (ASMOTAP)**, que fez a sua intervenção: «*Tem esta Associação sido alvo desde alguns tempos atrás, de uma pressão constante para abandonar o atual espaço onde está instalada há 10 anos, com autorização do S.r Presidente da Câmara Municipal de Braga aquela data, e que no dia 1 de maio de 2011 procedeu à sua inauguração tal como está bem patente na placa afixada no local. É de referir que os Associados desta coletividade não são ocupantes ilegais, como parece ser o entendimento da Direção do Museu dos Biscainhos com as atitudes que tem tomado sobre as pessoas desta Associação, com destaque para os acontecimentos dos dias 24 e 25 do mês passado que foi muito triste, desumano e vergonhoso. Esta Associação está a ser alvo de uma injustiça baseada em regras de segurança de obras impostas por lei visto que, se o imóvel em obras é o mesmo onde está o Museu e a Associação porque é que as portas do Museu podem estar abertas, e a receber publico e as da Associação tiveram que ser fechadas, mesmo com todos os nossos haveres lá dentro. Estamos a ser tratados indiscriminadamente com um autoritarismo de poder absoluto sem o mínimo de respeito e consideração por pessoas idosas que sempre deram o seu melhor para o enriquecimento deste país, e em particular para esta cidade de Braga. Estes motoristas aposentados trabalharam quase 30 anos numa empresa que desde 1982 é tutelada pelo Município de Braga, a qual viram nascer ajudaram-na a crescer tal como hoje ela está, e agora se sentem abandonados por parte da ex-entidade patronal que é a Câmara Municipal, que em 2014 nos prometeu um novo espaço para esta Associação, e que até hoje nada de concreto existe, e por causa disso é que hoje chegamos a esta lamentável situação de portas trancadas, com tudo o que é nosso lá dentro e sem saber para onde ir, e qual*





será o futuro desta Associação e do seu grupo musical. Só pedimos respeito, compreensão e consideração, para com esta Associação e o seu grupo Musical (OS MOTAP) que já tanto deram a esta cidade com as suas participações em vários eventos, alguns dos quais promovidos pelo Município de Braga, e que agora se não houver o apoio necessário por parte das entidades que podem e o deveriam fazer, poderá ser o seu fim, o que nos deixaria muito tristes e desanimados se isso vier a acontecer, mas não teremos outra alternativa possível. Esta Associação cultural e recreativa, e o seu grupo Musical, foi instalada neste edifício no dia 01 de maio de 2011, (dia do Trabalhador) foi nesse dia que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de então, e o seu assessor de gabinete, procederam à sua inauguração pelas 10 horas da manhã, com muita alegria para todos os associados que faziam, e ainda fazem parte desta coletividade. É bom lembrar que esta decisão por parte do Sr. Presidente da Câmara e seu assessor de gabinete, responsável pelo pelouro do setor dos reformados do Município de Braga, não foi um ato irresponsável, mas sim, uma atitude louvável e de bom senso juntando o útil ao agradável tanto para a Associação, como para o próprio espaço visto que, aquela parte do imóvel estava completamente abandonado há alguns anos com amontoados de entulho, tudo a deteriorar-se e em péssimo estado de conservação. Os associados desta Associação, limparam e repararam tudo o que estava em mau estado, e acima de tudo conservaram durante 10 anos aquele património, e que até hoje, nenhuma entidade quer seja política, cultural, ou do património, nos tenha reconhecido qualquer tipo de mérito por tudo o que nós fizemos em prol da conservação daquele espaço, pois se assim não fosse, hoje estaria tudo irreconhecível e até perdido para sempre sem possibilidades de ser recuperado. Este espaço foi mudando de entidade proprietária, algumas vezes durante estes 10 anos e nunca ninguém nos dirigiu sequer uma palavra a dar conhecimento de coisa nenhuma, e agora querem-nos despejar para o meio da rua sem dó nem piedade, do espaço que nós cuidamos e conservamos durante 10 anos. Não recebemos nada de ninguém, e o simples facto de não termos pago qualquer tipo de aluguer do espaço, não chega para compensar todo o nosso esforço de trabalho e despesas que ali se aplicou. Os associados desta coletividade sempre tiveram o máximo cuidado com tudo o que lá está de valioso para que hoje esteja conservado como está! o que deviam era agradecer-nos em vez de nos querer desalojar sem olhar a meios e sem saber para onde vamos, sabendo todas estas entidades envolvidas neste processo que, esta Associação nunca se negou a abandonar o espaço, desde que tenha outro local, com o mínimo de condições para desenvolver as suas atividades, como era o prometido espaço nas instalações dos TUB, que até hoje não se sabe quando será, tudo isto é do inteiro conhecimento da Sra. Diretora do Museu dos Biscainhos, do Sr. Presidente da Câmara, Sr. Ex-Vice P. Dr. Firmino Marques, Sr. Administrador dos TUB em exercício, e ainda do Sr. Ex-Administrador dos TUB, Sr. Prof: Batista da Costa, todos sabem das imensas vezes que a Direção desta Associação conversaram sobre este assunto, mas infelizmente andamos no jogo do passa culpa e nada de concreto existe, deixando nos agora nesta situação



*difícil para o futuro desta Associação, que é triste e bastante preocupante para todos nós. Estamos confiantes que em breve se irá resolver este assunto da melhor maneira para todos visto que, esta Associação sempre esteve ainda hoje está, à espera das promessas feitas várias vezes da nova sede para esta Associação nas instalações dos TUB, Ver notícias dos jornais, de 26/02/2014 Diário do Minho, Correio do Minho de 10/01/2018, ver ainda suplemento «TUB jornal» 24 de Novembro e Dezembro de 2018. Sabemos e temos a consciência de quanto é urgente obras de conservação naquele espaço, mas por favor, não queiram por «o carro à frente dos bois», primeiro haja o espaço para a associação, e depois tratem dos projetos de obras de conservação. Nós também somos pessoas, para além da idade, somos Aposentados do quadro do Município, e até (Veteranos de Guerra) merecemos respeito e consideração, mais não seja, por tudo o que já demos a este País e em particular a esta Cidade de Braga. Por fim, como Presidente desta Associação, quero fazer algumas correções sobre duas declarações da Sra. Diretora do Museu dos Biscainhos, uma no jornal Diário do Minho de 08 de maio de 2021 quando diz que tendo agilizado com o apoio do Município duas alternativas para o nosso realojamento e que nós recusámos. Ora, é bom que sejamos sérios e que falemos verdade em questões tão delicadas como é este caso, o que nos foi proposto foi apenas um pequeno armazém para arrumar os nossos bens, que para nós é como dizer, fechem as portas e acabem com a Associação. No dia 01 de Março de 2021, ao jornal Correio do Minho, a Sra. Dra. Isabel Silva disse que já estava acordada a saída da Associação da ala norte do Museu dos Biscainhos, mas não é verdade, nunca houve acordo nenhum nesse sentido, por isso o que temos a dizer sobre este assunto é o que sempre dissemos, esta Associação só sairá deste local quando tiver o espaço prometido nos TUB/EM ou em outro local qualquer desde que tenha condições dignas para o funcionamento da Associação e do seu grupo Musical.» Concluiu, pedindo que esta situação seja revista, e que se encontre um espaço para que não tenha de se acabar com a Associação. O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu não ser verdade que não se valorize, ou não se respeite, o importante papel desta Associação, acrescentando que há vontade, por parte da Administração dos TUB, EM., quando forem feitas obras no seu parque de viaturas em manutenção, criar uma estrutura para apoio aos MOTAP no seu edifício e no seu terreno adjacente; tal não avançou, e não se vai fazer a sede sem o resto da intervenção, pelo que o projeto terá de ser enquadrado dentro dessa matéria. No entanto, conforme referiu, coisa diversa é a situação da ocupação no Museu dos Biscainhos. O Presidente da Câmara à data, tendo a gestão do espaço, permitiu que a associação o ocupasse, o que não lhe conferia nenhum direito sobre esse mesmo espaço, que não pertence à Câmara Municipal, mas à Comunidade Intermunicipal do Cávado, e que foi cedido em comodato ao Ministério da Cultura, que vai utilizar aquele espaço para expandir o Museu dos Biscainhos. Na verdade, a Associação foi avisada por diversas vezes para abandonar o espaço; a partir daí, foram feitas várias diligências, quer pela Junta de Freguesia de Maximinos, quer pela Câmara Municipal, para encontrar soluções,*



para duas prioridades: de armazenamento do espólio, e de garantir condições de ensaio ao grupo musical, e ambas foram garantidas- a primeira pela Câmara Municipal, e a segunda pela Junta de Freguesia. Neste momento apenas não há solução para (a falta de) espaço de convívio e encontros dos seus membros. Portanto, a Associação deveria, atempadamente, ter retirado os seus pertences do Museu dos Biscainhos. O **Sr. Manuel Gomes** questionou quais os concretos locais a que o Presidente da Câmara se refere, já que os desconhece. O **Presidente da Câmara** respondeu que, quanto ao armazenamento do espólio se propôs a sede dos Leões do Penedo, e quanto ao local para ensaios, o edifício da Junta de Freguesia. -----

----- De seguida o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **CARLOS MANUEL DOBREIRA**, que fez a sua intervenção, começando por colocar as seguintes questões ao Presidente da Câmara Municipal de Braga: 1ª Questão: *Em 29 de Julho de 2021 denunciei à ASAE o estado de degradação e de insegurança do Parque Infantil localizado na Rua do Montinho, em Palmeira. Poucos dias depois foi desmantelado sem explicação oficial. Está prevista a reconstrução do parque infantil nos próximos meses? De igual forma, a 10 de outubro de 2021 denunciei à ASAE as condições de insegurança do Parque Infantil localizado junto à EB1 de Eira Velha (Mota), em Adaúfe. A 14 de outubro de 2021, o parque foi desmantelado sem explicação oficial. Está prevista a reconstrução do parque infantil nos próximos meses?* -----

2.ª Questão: *É do conhecimento público a situação de cidadãs e de cidadãos a dormir ao relento e a viver em barracas, e edifícios em chão de terra, em várias freguesias do concelho, aliás comunicada nas últimas semanas, respetivamente, ao Arcebispo de Braga, ao Presidente da República e ao Primeiro-ministro. Como explica tais cenários quando já preside ao Município de Braga desde 2013 e tendo em conta, desde Domingo, a prioridade dada à assistência aos pobres na homilia da primeira missa do novo Arcebispo de Braga?* -----  
De seguida, dirigindo-se à Vereadora da Educação, referiu: *"Já tomou posse em outubro e tenho boa impressão do seu desempenho. Mas é preciso recuperar 8 anos de gestão errática do pelouro da Educação e da Cultura.* -----

1º Questão: *pergunto se está a preparar algum programa de intervenção na área da psicologia positiva nos Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga.* -----

2º Questão: *pergunto ainda se a autarquia vai apostar na promoção e no apoio à criação de escolas associadas à filosofia Forest School.* -----

*Como sabe urge alterar as práticas pedagógicas atuais da Escola Pública obsoleta e antiquada e levar os alunos ao contacto com a Natureza. Um simples abraço a uma árvore ou o repousar numa lapa tem benefícios nas dimensões da emoção, da cognição, dos afetos e da psicomotricidade das crianças e jovens. Alertou, por fim, para uma situação junto à Escola Profissional de Braga, nomeadamente uma zona junto ao parque de campismo, que se encontra escarpada, que está em iminente perigo de derrocada, pelo que*



*solicita uma intervenção o mais rapidamente possível.* -----

----- No tocante aos Parques Infantis, o **Presidente da Câmara** elucidou que a questão já havia sido colocada pelos Vereadores do Partido Socialista e respondida pela **Olga Maria Esteves Araújo Pereira**, sintetizando que o Município está a fazer a revisão de todos os parques infantis, e os mesmos só serão repostos quando houver condições para tal, dentro da opção estratégica que os Municípios e as Juntas de Freguesia vão tomar sobre a sua distribuição no território. Sobre a questão dos sem-abrigo, disse que não há ninguém em Braga que o seja, que não por vontade própria. Já quanto à situação da (falta de) condições de habitabilidade, sempre que as mesmas estão sinalizadas, disse haver disponível o programa BragaSol, que já tem promovido diversas intervenções de qualificação das residências, portanto uma situação como a que o cidadão reportou, de chão em terra, poderá ser alvo de uma intervenção, desde que devidamente sinalizada pelos serviços. -----

-----Passada a palavra à Vereadora **Carla Maria Ferreira Sepúlveda**, a mesma referiu ter vindo a consolidar o que estava previsto, nas áreas de responsabilidade que lhe foram cometidas. Mais referiu que se tem vindo a pensar – fruto da pandemia e das questões que têm sido colocadas pelos Diretores de Agrupamento e outros intervenientes do processo educativo – e estudar alguns programas e projetos que vão sendo apresentados nas reuniões várias que temos vindo a fazer, no sentido de promover, ainda mais, a psicologia positiva. Disse ainda que se vai continuar a aposta em novos projetos que fomentem o desenvolvimento pessoal e a aquisição de novas competências para empoderar as crianças o mais cedo possível. No âmbito da outra questão colocada, e que se prende com levar as crianças para fora do contexto escolar, referiu, nomeadamente os vários projetos em curso, relacionados com a natureza, exemplificando ao referir as Ecoescolas, Escola Mais Verde, visitas gratuitas à quinta pedagógica, entre outros projetos. -----

-----  
**ENCERRAMENTO:** Às 10h55m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----

